

Estados se endividam mais

Renegociação com o Governo federal não impede aumentos de até 67% na dívida

Editoria de Arte

Marcone Gonçalves

Da Agência O GLOBO
BRASÍLIA

A pesar da renegociação levada a cabo pelo Governo federal nos últimos dois anos, a dívida total dos estados aumentou 18,04% nos primeiros oito meses deste ano e atingiu R\$ 204,6 bilhões, segundo dados do Banco Central. Em 1998 — quando a maioria dos acordos de renegociação estava sendo assinada e ainda não chegava a interferir nas dívidas — o endividamento dos estados aumentou 18,35%. Isto significa que, mesmo com os benefícios recebidos do Governo federal nos acordos, em apenas oito meses os estados aumentaram sua dívida no mesmo ritmo registrado em todo o ano passado.

Esse crescimento da dívida revela que os estados não conseguem obter superávits primários (ou seja, descontados os gastos com juros) em suas contas em valor suficiente para acompanhar o aumento do endividamento. É a mesma situação em que se encontra a União, que, apesar de um superávit primário superior a 2,6% do PIB, vem registrando um aumento de sua dívida.

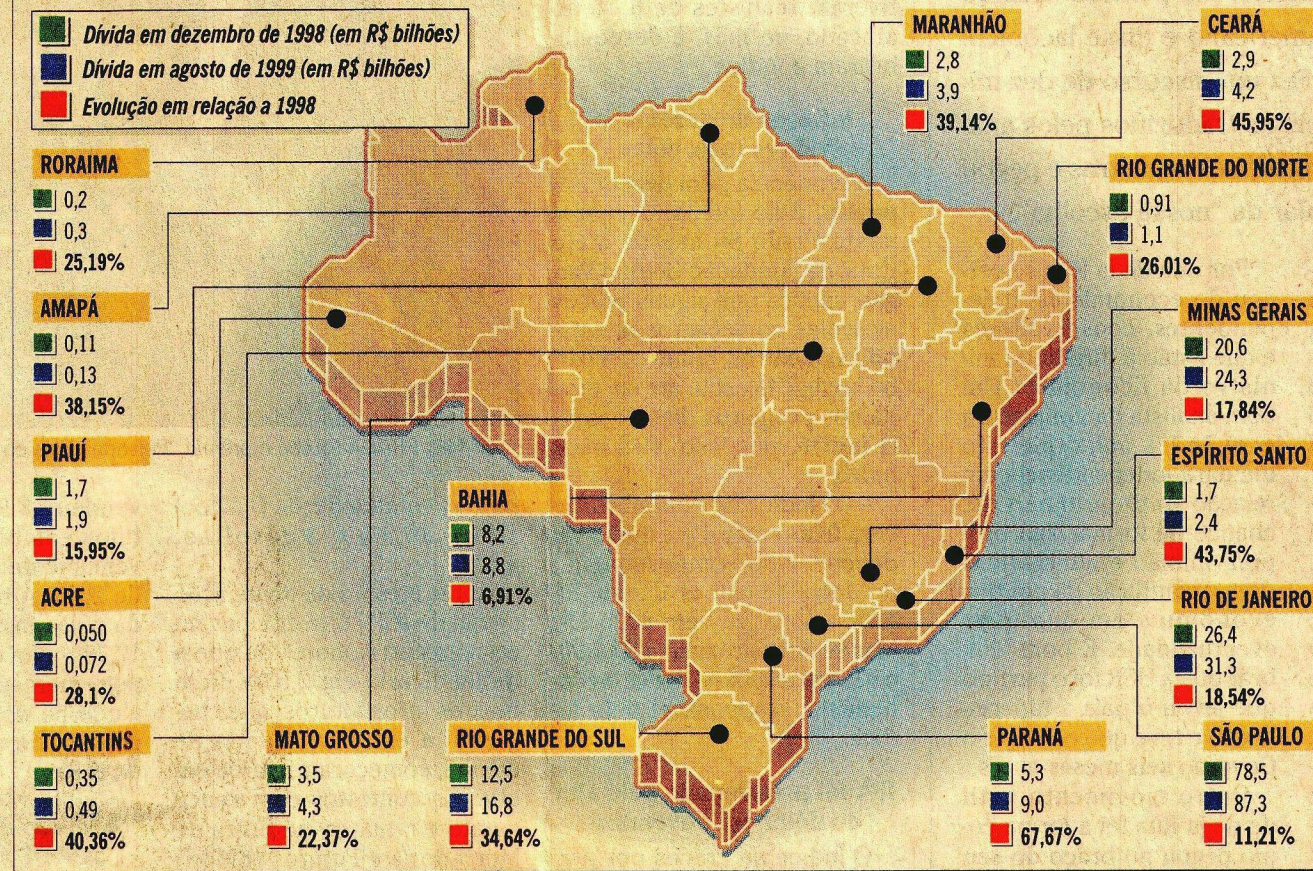
Paraná e Ceará tiveram os maiores aumentos

• No caso dos estados, o crescimento do endividamento acontece apesar de a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ter atingindo R\$ 42,9 bilhões, aumentando no 6,2% de janeiro a agosto deste ano em relação a igual período do ano passado. Nesse período, os repasses de recursos da União também aumentaram de R\$ 9,7 bilhões para R\$ 11,1 bilhões, com um aumento de 14,4%, segundo os dados do BC.

O mais curioso é que estados reconhecidos como exemplos de controle de gastos registram um crescimento quase explosivo de seu endividamento.

A dívida do Ceará, por exemplo, subiu 45,9% nos oito primeiros meses deste ano e atingiu R\$ 4,2 bilhões, enquanto a do Paraná aumentou 67,67%, subindo de R\$ 5,3 bilhões para R\$ 9 bilhões.

Quanto a dívida aumentou



COMO ISSO AFETA A SUA VIDA

O aumento do endividamento dos estados mostra que o esforço para ajustar as contas públicas corre risco de ser consumido pelas dívidas. Apesar de boa parte dos estados trabalhar na redução de gastos e aumento de receitas, os ganhos obtidos são insuficientes para conter o crescimento das dívidas. A expectativa de que esses ganhos se transformarão em investimentos e obras para melhorar serviços oferecidos à população dificilmente vai se confirmar. Os estados sequer podem pôr a culpa nos juros altos do BC no primeiro semestre. Nos acordos, os governadores foram favorecidos com taxas fixas que variam entre 6% e 8% ao ano, mais correção pela inflação. A diferença em relação às taxas do mercado é coberta integralmente pela União.

A dívida de São Paulo atingiu R\$ 87,3 bilhões e cresceu 11,2% no período. A do Rio de Janeiro, que teve sua nova renegociação aprovada ontem pelo plenário do Senado, alcançou em agosto R\$ 31,3 bilhões. Nos oito primeiros meses da administração Anthony Garotinho a dívida teve um acréscimo de 18,5% em relação ao ano passado.

Mesmo com a moratória decretada pelo governador Itamar Franco, a dívida mineira também teve um crescimento expressivo de 17,8% e ficou em R\$ 24,4 bilhões. Citado como um dos estados com maior controle sobre suas contas, a Bahia registra um caso que destoa do restante. A dívida baiana, de R\$ 8,2 bilhões no final de 1998, subiu apenas 6,9% em oito meses e ficou em R\$ 8,8 bilhões. À exce-

ção de Tocantins, todos os estados renegociaram suas dívidas.

Os secretários de Fazenda — e inclusive o próprio Banco Central — não identificam os governadores que conseguem controlar suas contas. No caso do Paraná, por exemplo, o secretário da Fazenda, Giovaní Gionédís, em depoimento na Assembleia Legislativa, admitiu que enfrenta déficits primários, mas limitou-se a dizer que são menores que os 8,8% da receita líquida registrados em 1994.

Gionédís culpou os governos anteriores pelo endividamento exagerado e acusou os programas federais como a Lei Kandir, que isentou as exportações do ICMS, o Fundo de Estabilização Fiscal e o Fundo Nacional de Valorização do Ensino Fundamental de terem

causado um prejuízo de R\$ 710 milhões ao estado. Além disso, secretário catarinense ressaltou que as contas do estado também foram prejudicadas pela crise russa, deflagrada no fim do ano passado, que resultou em alta das taxas de juro e do câmbio.

Já o secretário de Fazenda do Ceará, Ednilton Gomes de Soarez, afirma que o aumento da dívida do estado foi provocado pelo empréstimo de R\$ 900 milhões concedido pelo Governo federal para que seja feita a privatização do Banco do Estado do Ceará (BEC). Ele destacou que no último mês de outubro foram pagos R\$ 370 milhões, recursos obtidos com a venda para a Caixa Econômica Federal da carteira mobiliária da Cooperativa Habitacional do Ceará.